

RATZEL, Friedrich. *Der Staat als Organismus*. In: **Die Grenzboten**, Zeitschrift für Politik, Litteratur und Kunst. 55 Jahrgang, Viertes Vierteljahr, pp. 614-623. Leipzig, Verlag Von Fr. Wilh, Grunow, 1896.

Tradução de Helena Remina Richlin

Revisão de Marquessuel Dantas de Souza

Já se passaram vinte anos desde que surgiu a primeira edição de "*Construção e vida do corpo social*", de Schäffle¹. Essa obra intelectual de peso surgiu entre 1875 e 1878, em quatro volumes. Naquela época, ninguém imaginava que haveria uma segunda edição. Era um período de fermentação darwiniana a partir das ciências biológicas, e do início da influência do método de tratamento científico de Spencer nas ciências políticas e nas ciências sociais, ao mesmo tempo em que se apresentava, através da tradução dos "*Princípios da Sociologia*" (em inglês desde 1874 e em alemão desde 1878), os princípios darwinianos em escala diluída. A "*Construção e vida do corpo social*", de Schäffle foi, por muitos, confundida com escritos fantasiosos, que à época, eram vistos como bolhas que surgiam a partir da massa de fermentação da sociologia expectante, as quais o ensino erudito e o infalível sistema escolar enrijecido não quiseram dar um destaque muito favorável, conforme se queixa o próprio Schäffle no prefácio apresentado na segunda edição.² Mas justamente esta nova edição demonstra como este livro traçou seu próprio caminho, que nem mesmo a concorrência dos *Princípios de Spencer*, também em edições renovadas desde então, pôde impedir. Na verdade, sempre houve uma certa superestimação de Spencer a respeito das características da fisionomia espiritual nas últimas duas décadas, o que não deverá ser superado tão brevemente. Mas a verdadeira essência alemã, plenamente viva e ardente da obra de Schäffle está cada vez mais a florada, sem se aderir à superfície. Isto já traz às ciências políticas e às ciências sociais de confrontação as características apresentadas das formas esteriotipadas aridamente por Spencer. No entanto, o

¹ Albert Eberhard Friedrich Schäffle (1831-1903), economista e sociólogo alemão. (Nota do Revisor/Organizador).

² "*Construção e vida do corpo social*". Do Dr. A. Schäffle. Segunda Edição. Primeiro Volume: Sociologia Geral. Segundo Volume: Sociologia Especial. Tübingen, Editora Lauppsche, 1896.

fomento positivo da sociologia significa muito mais. Ela é o que queremos apresentar em linhas gerais aos leitores³.

O primeiro volume apresenta a sociologia geral, o segundo a sociologia especial. Em ambos as considerações são peculiarmente iguais, mas a parte geral irá atrair o leitor de uma forma mais decisiva, pois nela a forte personalidade espiritual do autor aparece mais claramente. A breve parte a respeito da fronteira do saber sociológico e das relações entre os corpos inorgânicos, orgânicos e sociais é o pensamento mais rico de tudo que já se leu nesta área do conhecimento. Depois disso, segue uma análise dos elementos do corpo social: o passivo (os desejos do povo) e o ativo (indivíduos, família), bem como suas ligações espirituais e materiais, na plenitude de suas associações econômicas, sociais e políticas (Histologia Social). Nisto se guia a organização dos órgãos mais simples da sociedade e do Estado, até chegar às principais instituições ou organizações. O final desta parte é formado pela vida social espiritual ou a psicologia social, na qual estão inseridas as regras da força popular espiritual, da Lei psicossocial do contraste, da autoridade, da opinião pública, da imprensa diária, entre outras, a vida intelectual e ética da população, a confirmação política do desejo popular (partidos, soberania popular), bem como a relação entre o direito e a moral. O segundo capítulo trata das questões básicas da teoria geral da evolução, cuja formação é apresentada, primeiramente, no terreno científico e no significado que tem no desenvolvimento das relações sociais (diferenciação, integração e desenvolvimento das condições sociais). A isto se segue cada um dos fatores básicos do desenvolvimento social: Leis e costumes como ordens do desenvolvimento, variabilidade social, adaptação e hereditariedade, a luta social pela existência, os interesses e a tomada de decisões em disputas sociais (guerras internas e externas, concorrência, livre comunicação), o desenvolvimento nacional e internacional, especialmente a colonização, o resultado do desenvolvimento social, da cultura e da civilização. Ao final desta parte, mostra-

³ É fundamental registrar que o título deste texto poderia ser traduzido com a denominação *O Estado como organismo*, conforme o original, mas optou-se pelo presente título para diferenciá-lo do subtítulo que aparece na *Geografia Política* de 1897 (Primeira Seção, capítulo primeiro. 6 – *O Estado como organismo e o limite do organismo no Estado*). Por vezes, Rudolf Kjellén retoma a mesma temática da concepção orgânica de Estado em sua obra *O Estado como forma de vida*, de 1916.

Com mais este escrito ratzeliano damos continuidade na divulgação da geografia política clássica de língua anglo-saxônica no Brasil, e cujas obras originais são raramente disponibilizadas e de difícil leitura aos brasileiros sobretudo quando nos originais alemães. (Nota do Revisor/Organizador).

se como a Lei do desenvolvimento e a possibilidade de crença ética não excluem uma à outra. O segundo capítulo destaca a antropologia social (ensinamento popular, raça, nacionalidade) e o desenvolvimento da família e da sociedade. Nas partes seguintes aborda-se aspectos mundanos da existência popular (aparência, matéria), aspectos intrínsecos da existência popular, intrínsecos da vida popular, dos Estados e das comunidades, a observação do significado social ao longo do tempo e do espaço, do transporte e da segurança, dos principais termos da economia, da vida espiritual e da educação, da religião e da igreja, do Estado e da vivência internacional do Estado. O ponto crucial é formado pela décima quinta parte do livro: o desenvolvimento do corpo social para o mundo internacional. Esta, em muitos aspectos, é a parte mais intelectual, onde o horizonte é mais amplo. Nela são analisadas: o povo em relação ao país, o significado do país para esta relação com o seu povo, o conceito de nacionalidade e a relação entre povo, raça e Estado. A isto se segue a observação do local da moradia das pessoas, do ecumenismo, no sentido mais amplo da cena histórica, dos cinturões culturais da Terra, e finalmente, dos círculos populacionais. Conciliadora, esta visão geral sobre a imensa riqueza de fenômenos da vida social se molda ao plano de fundo da vida natural, com a indicação de que toda esta imensa movimentação de sobe e desce da engrenagem, bem como de toda esta concordância dúbia da natureza, só pode ser abrangente naquilo que vivemos, tecemos e somos.

Com isto, se a compararmos essa obra alemã com a maior obra em literatura estrangeira sobre o mesmo assunto, que foi “Os Princípios da Sociologia de Spencer” (reeditada em 1893, em dois pesados volumes), aí veremos que nos encontramos diante de um objetivo bem diferente. Esta última apresenta o desenvolvimento da sociedade em todos os seus aspectos sociais, sendo grande parte do que se conhece habitualmente por etnologia. Muitas das diversas citações extraídas de publicações sobre viagens, descrições populacionais, políticas e científicas foram compiladas em um todo, apresentadas como sendo uma coisa só, desigual, cuja massificação, muitas vezes, enfraquece a força do pensamento vivaz dos próprios pensamentos, ao pretender impedir as divergências. Ideias espirituosas e dissecções perspicazes não têm a capacidade de substituir esta deficiência. O que podemos fazer a respeito da ampla exposição sobre a característica de

independência dos elementos do organismo social, quando o autor considera possível unificar as pessoas de determinada área com suas plantas e animais, de modo que se aproxime à estreita relação das partes de um organismo individual? Spencer não faz idéia do que seja o solo enquanto contínuo inerente. Naturalmente, que Darwin e Wallace também não falaram a respeito. Entre eles não se encontra a elaboração de um raciocínio, da forma como Schäffle o constrói. Em geral, as considerações, feitas pelos dois, que levem à extração das funções de apoio, distribuição e regulamentação dos sistemas de organização social são somente exteriorizadas. Até que ponto um influenciou ao outro, não temos como saber. Os dois transformaram em cinzas a ideia do desenvolvimento de seus sistemas sociológicos. Ao contrário, Spencer conseguiu alcançar um crescimento exuberante de generalizações, ao introduzir o rio darwiniano no deserto de sua pilha de citações, que, em parte, no entanto, são altamente passageiras, uma vez que suas raízes só permitem um comparativo superficial entre as semelhanças.

Nestes dois volumes, Schäffle não nos sobrecarregou com uma massificação desordenada e incomparável. Seu livro apresenta um caráter muito mais pessoal, que nas primeiras edições podia ser atribuído a um certo estilo frágil e complicado, que, para muitos leitores, poderia parecer dissuasivo, paralelamente à delgada transparência do inglês. Com a sucessão da escrita, também se chegou a uma clareza maior. Algumas partes quase podem ser lidas com prazer. Ao final, cada um tem preferência por uma obra de dois volumes, ao invés de quatro. Neste sentido, a redução de tamanho da obra para dois volumes é bem vinda. Mas o fato de o autor ter optado por inserir um grande número de observações a respeito das semelhanças entre a vida dos seres orgânicos e a vida do Estado, é lamentável em nossa opinião, que tenha colocado tanto peso sobre as contradições que esta comparação evoca. Ele não precisa convencer a ninguém fora da Alemanha com o sentido profundamente envolvente que impôs ao dar ao corpo social um viés espiritual e não um contexto fisiológico de elevada ordem de independência, que se constrói sobre o orgânico e o inorgânico. Mas *porque a doutrina do Estado não deveria atrair o conceito de orgânico para si e para a sociedade?*⁴ Nós lemos com

⁴ Este princípio de *Estado como organismo*, diferentemente do aqui apresentado, fora desenvolvido na obra *Geografia Política*, de 1897, como já explicitado na nota anterior. Certamente, esta

pesar, na introdução da nova edição, a respeito do enfraquecimento necessário entre a “uniformização do ambiente” e as “reais analogias” do mundo orgânico e social, além de não poder faltar uma avaliação social das substâncias e das forças. A aplicação peculiar do conceito de “analogia” com as semelhanças profundas entre as comunidades de plantas, animais e seres humanos, despertou dúvidas sobre como é tratado do ponto de vista dessas semelhanças.

Nas ciências morfológicas, desde os tempos de Cuvier, se faz uma grande distinção entre a analogia e a homologia. Análogas são as asas de um pássaro e de uma borboleta que exercem a mesma finalidade por meio de mecanismos semelhantes, mas basicamente são distintas em sua origem e desenvolvimento. Homólogos são os ossos do crânio e as vértebras de um ser humano, que desempenham os mais variados papéis, mas conforme inicialmente descoberto por Goethe, tem a mesma origem. É obvio que ao compararmos uma sociedade humana com um organismo, vamos obter pontos de partida completamente diferentes, de acordo com a analogia e a homologia que acreditamos ter a nossa frente. Schäffle diz no prefácio da primeira edição de sua grande obra, acreditar ter contornado os perigos da analogia – eliminar a distinção e a alegoria não científica – ; ele até evitou, regularmente, o uso das expressões “organismo” e “orgânico”, ao denotar estruturas e processos sociais. E de modo semelhante, ele ressalta no prefácio da segunda edição, que para a compilação de sua obra em dois volumes, as “analogias biológicas” também tiveram que ser substancialmente suprimidas, cuja concepção havia causado muitas ofensas na primeira edição. Para aqueles que não se aprofundaram em sua concepção, isto deve parecer como uma concessão à teoria do Estado, que de acordo com o exemplo de Menger, vê as analogias do Estado como limitadas e incompletas, devido a estas associações com os seres orgânicos, que só se pode lhes dar uma valoração externa. Mas Schäffle, ao contrário, é da opinião de que as analogias estão profundamente enraizadas nas coincidentes bases materiais e condições de desenvolvimento humano e das demais comunidades de organismos, por isso, ele também fala de “analogias reais”, pelas quais ele quer indicar claramente o contraste com a aparência, a comparação formal

proposição serviu para Ratzel elaborar sua tese sobre a unidade orgânica do Estado. Assim como o fez Kjellén em 1916 na obra *O Estado como forma de vida*. Nota do Revisor/Organizador.

da interpretação puramente bíblica da analogia. A visão de mundo de Schäßfle é invariável, no sentido de que ele vê a vida e a obra das pessoas e dos povos como o centro da natureza e do crescimento comum natural da Terra. E esta Terra não é para ele uma mera subestrutura de terra rígida e de rochas, mas um mundo inorgânico que nos cerca, que adequadamente pode ser chamada de inorgânica, ou seja, um mundo que ainda não chegou ao estágio de orgânico em que pulsa o movimento, mas é um mundo em particular.

Também nos agrada a virada de Schäßfle contra o uso unilateral e espiritualizado da palavra "morte". Se a confrontamos com a natureza viva, temos a idéia de como vive novamente uma rocha morta, isto é, repleta de movimento em um bloco adormecido para sempre, sem movimento. Hoje nenhum físico vai querer mencionar esta substância, dando-lhe o sentido de morte. Para ele, todo o mundo inorgânico é muito mais um vortex de vibrações atômicas. No entanto, como estas harmonizações advindas das cristalizações resultam numa expressão tão maravilhosa, transformando-se em orgânicas, nós ainda não sabemos. Mesmo assim, reconhecemos nestes organismos as mesmas substâncias regidas pelas mesmas leis das coisas inorgânicas. O princípio de sociedade, a união plena destas entre si e a integração destas partes em um todo, já era realidade na natureza, muito antes da chegada do homem. E muito antes de a vida se desdobrar em uma série ininterrupta de tensões e de restauração do equilíbrio entre as condições internas e externas, os corpos mundanos atuavam em conjunto, de distâncias imensuráveis, através do peso, da luz, do calor e da eletricidade. E na pedra aparentemente morta, milhares de tensões sonham com a sua libertação. Por isso, a riqueza de inter-relações entre as sociedades dos homens não é totalmente nova. E não seria certo opor a sociedade ou a comunidade humana a uma falta de comunidade na natureza morta, já que em "toda a natureza há um sistema interligado de partes interativas" (Fechner). Pode-se dizer mais a respeito da relação interna da sociedade humana, do que Lotze pretensamente afirma a respeito do possível mundo dos mortos: "Cada elemento sente, na alteração de suas condições, o quão grande ou quão insignificamente pequena ele deva ser, em sua alegada influência sobre a situação geral do mundo"? O orgulho do comerciante é totalmente equivocado, quando supõe que, ao apertar um botão do telégrafo aqui em Hamburgo, seus

navios se põem em movimento para a América ou para as Índias, uma vez que é um processo muito mais esplêndido que o afundamento de um vórtice de ar sobre a América do Norte que deixa toda a Europa envolta em chuva. E quão insignificamente pequenas são as relações da sociedade humana comparada à planetária! Toda vez que se procurou uma contradição do corpo social em relação à natureza, na qual ele cresce, decai e se renova, as transições se encontraram, para enraizá-lo ainda mais fortemente em seu redor. No âmbito espiritual, o corpo social também se mostra em seu mais alto grau de desdobramento, daquilo que já deveria existir nas profundezas. A divindade também está em cada um e a sociedade tem grandes possibilidades de um rico desdobramento. O degrau da razão não é somente alcançado em comunidade, ele já está presente em cada indivíduo. No entanto, ela se eleva por meio da união. Mas esta união de todas as formas de sociedade e de Estado só é possível de acontecer pelo crescimento da razão, da qual não sabemos se os estímulos externos são necessários para o seu progresso.

A sociedade humana não pode ser tirada de sua relação cósmica. O calor e o movimento não se dão somente no corpo de cada indivíduo, também são exalados pelas plantas e pelos animais, em todas as suas formas, bem como em milhares de matérias, nas quais estão acumuladas; as pessoas também precisam da luz e do calor do sol. E se o homem não se dissolve e se decompõe em matéria inorgânica, para absorvê-la em seu organismo, da forma como o fazem as plantas, ele, no entanto, precisa da água e do ar para viver. Atraído pela força da gravidade da Terra, ele só pode ser possível na Terra. Daí parte novamente a estreita relação apresentada pela biogeografia, ao colocar as pessoas entre os seres vivos da Terra, onde elas demonstram condições especiais de propagação junto a mamíferos, répteis, besouros e caracóis terrestres, isto é, uma dependência semelhante e correspondente em relação à dependência do solo. Esta dependência está acima da própria atuação do homem, que cria um outro grupo de conectividades. *O homem modifica a superfície da terra ao atuar sobre a matéria dormente e sobre o mundo orgânico extrínseco ao homem, modificando e destruindo.* Enfatizamos a “transformação”. Aqui se mostra a dependência do homem em relação a terra, como nenhuma outra, aqui se mostra que ele só pode se modificar coletivamente. Aquilo que, além dele, a natureza apresenta em termos de

mudanças ininterruptas de matéria existente, isto ela toma dele e continua transformando. O homem jamais conseguiu criar outra matéria ou acrescentou a menor partícula ao fornecimento de energia da Terra. Estamos tão acostumados a esta dependência ao coletivo, que nos parece absurdo, sequer considerar esta possibilidade de independência. *O fato de o homem, apesar de seus altos padrões de exigência, ser dependente do que a terra lhe oferece, mostra o quanto ele é parte dela*⁵. Quando observamos a ideia de uma sociedade desenvolvida, pelo menos reavivada e reforçada por todos os demais tipos de vida conhecidos pela história da Terra, considerando os pontos de vista da lei geral do desenvolvimento, então também desaparece a tão popular contradição de um desenvolvimento pacífico da humanidade aspirante a caminhos sempre imutáveis e proibidos, no sentido de uma natureza rígida.

Ora, muitas coisas ocorreram pela imposição de uma divisória entre a humanidade e a natureza. A visão para o desenvolvimento da sociedade humana foi aberta por aqueles que não tinham sequer conhecimento. Principalmente as experiências etnográficas, que nos permitem reconhecer o desenvolvimento da família, da sociedade e do Estado, desde os primórdios inimagináveis, bem como também uma multiplicidade igualmente inesperada das formas destes modos de associação humana, apresentando-nos uma nova imagem do que é possível nesta área. Este não é apenas um interesse acadêmico, mas lança luz sobre aquilo que pode estar por vir, do que é possível e talvez provável. Por isso, o grande interesse a que se voltaram os *marxistas* e os *positivistas*, principalmente no que tange a história da evolução da família e da sociedade. Ela desperta um instinto para o que há de prática frutífera na aplicação das leis gerais do desenvolvimento da sociedade. Apesar de todos terem se metido em um impasse, ao tomar o esquema precoce, ou melhor, imaturo de Morgan como lei de desenvolvimento; mesmo assim, lhes permanece o mérito, por ter despertado amplamente a compreensão da concepção natural da sociedade e por ter iniciado discussões frutíferas a este respeito. Tomando a seguinte frase de Schäffle: “A partir da contração cósmica da matéria, que leva aos sistemas solares, e a partir do composto orgânico das substâncias celulares e intercelulares, até a associação global de pessoas e bens no maior

⁵ Todos os grifos no corpo do texto são do Revisor/Organizador.

organismo internacional e humano, e por outro da dissolução do corpo social, para a regaseificação em uma suposta espera de choque do organismo mundial, é possível provar um e o mesmo processo incessante de mudança da condição de evolução e da dissolução do sábio, em seu crescimento e sua decadência". Teria sido possível expressar algo assim há trinta anos (atrás), sem passar a fazer parte dos preocupantes odores da fantasia? Nos dias atuais uma observação destas nos soa bem conhecida, e não deve estar distante os tempos em que ela ultrapassará o círculo habitual dos pensamentos, para alcançar e ultrapassar totalmente, cada vez mais, outros círculos como os relacionados ao movimento da Terra em volta do Sol, ou a Lei da gravidade.

Nós esperamos que um dos efeitos mais fortes desta obra seja o fato de que a importância do país para todos os acontecimentos políticos e sociais não seja somente apreciada pela ciência.⁶ Também para isto há um capítulo específico, como este sobre "os fatores que levam a conexão das pessoas", em que se pode encontrar muita coisa útil, é por isso que lamentamos a superficialidade deste capítulo, em função de todos os cortes a respeito do desenvolvimento do corpo social, em relação ao mundo internacional, que estará quase no final do segundo volume. No entanto, pelo menos *ninguém irá negar a importância prática do Estado para um país*. Apesar disso, ainda se discute se já houve um Estado sem um país. Nós consideramos esta questão obrigatória, tão obrigatória quanto a afirmação de que, em outros tempos, a humanidade teria podido viver tanto no ar, quanto na água. *A Terra pertence aos homens, e como os homens compõem o Estado, eles carregam este pertencimento ao Estado e o transformam em uma associação indissolúvel, uma sociedade humana em um pedaço de chão [de solo], que é "seu país"*.

⁶ O quanto uma concepção infundada do Estado está no ar é mostrado de forma muito clara no capítulo que trata a respeito de Estado na *Ética de Paulsen** (1894), em que ele afirma sobre a natureza do Estado: "*O Estado é a forma de união por meio de descendência ou da coabitação histórica, relacionada a uma população superior, capaz de tomar decisões e realizar ações de vontade e de poder. Sua missão é fazer cumprir os interesses vitais da coletividade*". De acordo com esta explicação, a Confederação poderia estar localizada na Sibéria e nos Alpes da Holanda. Será possível descrever uma planta sem que se leve em consideração o seu habitat? E quão mais profunda e rica é a relação de um Estado como a Alemanha, que a mais de um milênio ocupa o mesmo território, com o seu solo, do que a escravidão de uma planta!

*Friedrich Paulsen (1846-1908). Educador e filósofo alemão. Acréscimo do Revisor/Organizador.

Muito mais interessante e prático é o problema dos diversos graus de apreciação política deste país, que encontramos de acordo com o número de nações. A respeito da falta de terreno, que na presença de qualquer poder, quer seja capaz de se transformar em um grande especulador da propriedade e se apodere de milhares de metros quadrados, não encontramos nada no passado. Tomar terras, que podem se tornar valorosas no futuro, diante de uma população crescente, é um cenário totalmente estranho para a antiguidade. Fenícios, cartagineses e romanos não podem ser imaginados como poderes de conquista, neste sentido. É possível acompanhar de perto como Roma relutava em empreender uma política de ataque e só gradualmente foi se tornando uma grande conquistadora de terras, que desde os tempos de César eram realizadas por razões econômicas e militares. Quanta timidez de ação de uma “potência mundial” da Germânia e do Danúbio, se comparado com as conquistas russas ou inglesas, dos nossos tempos, na Ásia, ou com a ocupação de toda a América do Norte por parte da Espanha, da França e da Inglaterra no decorrer de um século! Assim, os estados gregos não conseguiram colocar em prática os seus planos políticos e as suas expectativas, por estarem enclausurados em suas cidades, não reconhecendo a tempo o valor de suas propriedades, além de explorá-las politicamente. Atenas quer pousar de toda poderosa e deixa a região de Megara, a frente de seus portões, nas mãos de estranhos! O mesmo engano foi cometido pelos Imperadores e Reis alemães, que supunham conseguir manter o domínio sobre seus reinos, por meio de suas propriedades moderadas, amplamente dispersas. Desde a descoberta do novo mundo e dos calmos oceanos, que fez com que grandes nações se aproximassem, todas estas fantasias desapareceram, e a Alemanha e a Itália, as últimas a reafirmar o poder através da propriedade, por meio de suas atrasadas políticas coloniais, continuavam acreditando que o poder se baseia nesta ampla base.

A importância do solo para a sociedade, em parte, está relacionada ao fato de que o Estado garante este solo. A idéia básica por traz disso está na entrega das propriedades aos seus cidadãos. Este pensamento, que, por muitas vezes sucumbiu devido às desenfreadas conquistas cegas, já levou antigos Reinos do Oriente a realizar colonizações planejadas em terras recém adquiridas. E o apoio do Império Romano em seu reduto, a Itália, foi criado através da conquista por meio do arado,

seguido da espada, que então, quase ficava de lado. Mas a percepção de que uma determinada área de terra seria imprescindível para um Estado com um determinado número de pessoas, só se generalizou a partir da propagação da sensação de que os povos da terra se tornavam cada vez mais próximos. Especialmente na Europa, esta história torna-se cada vez mais uma luta. Cada uma das nações se sente apertada. Até dos espaços incrivelmente vastos da Sibéria e da América do Norte soavam os gritos de que o solo cultivável havia sido tomado e exaurido muito rápido, e que os pais sacrificavam suas esperanças por seus filhos e netos. No interior de cada nação a mesma reclamação. Distribuição desigual de terras, tanto na área rural, quanto na cidade, subtração da melhor terra e da mais necessária, até a obstrução da luz e do ar dos mais privilegiados. *Em vista desta relação puramente orgânica entre a sociedade humana e a terra, como uma visão materialista da história, é possível repreender o fato de que toda a humanidade não pode ser dissociada da terra, nem um povo pode ser dissociado de seu país?* Trata-se muito mais de uma tarefa de vida cumprida, que pode ser vista tanto em todo um povo animado, quanto na criação histórica deste ente. Esta perspectiva histórica é essencialmente material, que vê somente as pessoas importantes e influentes e que não sabe nada da vida que se passa entre as massas, das quais eles emergiram, nem de suas necessidades espaciais. Ela transforma o povo em seres sem espírito e sem alma, sem os quais os grandiosos não poderiam existir e atuar, uma vez que sempre emergem das profundezas do povo.

O capítulo "espaço e tempo em relação ao nível de desempenho", em que são dedicadas palavras admiráveis, as considerações de progresso e desenvolvimento da humanidade é reportada a um período ainda mais longínquo, do que seria desejável para o bem de entendimento. Uma discussão sobre as oportunidades de desenvolvimento e de progresso da humanidade, a que sempre se seguirá com a participação, falta algo muito importante. O fato de que não poderá haver uma progressão infinita e ilimitada é proveniente da clara noção da estreiteza do espaço, justamente a oferta da Terra à humanidade, pois ela precisa sempre voltar e encontrar a si mesma nesses poucos continentes e ilhas que estão à sua disposição. Para ganhar espaço, uma civilização se desloca, destrói e se apossa da outra. Esta limitação espacial conduziu cada vez mais à realização destes povos,

bem como a todo o desenvolvimento da vida em toda a Terra, que em seu espaço apertado, impulsionou a uma aglomeração das diferenças e dos contrastes, além de interações e leituras infalíveis, que nunca permitiram que o movimento progressivo se acalmasse. Não são apenas as diferenças provocadas pela boa ou má localização que interferem nisso, mas o número aparentemente acanhado de 9.200.000 milhas quadradas oferecidas pela superfície da terra para que a vida se desenvolva. É isto que queremos destacar especialmente no normalmente tão estimulante capítulo *“A luta pelo espaço”*, que se encontra no segundo volume. Não se pode exigir de Schäßle que ele isole uma força motriz da sociologia, que os biólogos ainda não conseguiram identificar em seus estudos aprofundados a respeito dos atos de criação. Só lamentamos que ele tivesse de deixar passar os imensamente atraentes paralelos entre os efeitos espaciais daqui e de lá, o que significa a luta pelo espaço, a luta pela existência, o que algum dia ainda será determinado com precisão. As outras questões da criação relacionadas ao espaço, que se baseiam na possibilidade de migração e de segregação espacial dos organismos, bem como na sua conseqüente iniciada formação de novas espécies, foi tratada há anos por Moritz Wagner, em seu clássico *“A Lei da migração dos organismos”* (1873), e imaginamos que esteja resolvida. Nós sentimos falta na enumeração das características dos processos de seleção e na formulação das Leis do desenvolvimento social, que analisam os resultados do mais alto faturamento da elite na formação progressiva da sociedade (civilização), na luta existencial da humanidade, isto é, daquela que observa todas as lutas de interesse e de existência. Embora ela transpasse através de algumas observações, bem como no magnífico capítulo final: *“A Lei do desenvolvimento e a possibilidade da crença ética”*, que percorrem as condições espaciais das sociedades e do Estado, mas que, diante da Lei da observação, não chega totalmente a valer diante da luta pela existência. Mesmo assim, a vida dos povos também pode fortalecer as contradições advindas da luta e do progresso, obtida e mantida a partir da agregação e da segregação espacial, na qual serão afiadas as armas utilizadas na luta pela existência.

Recebido em Novembro de 2016.

Publicado em Fevereiro de 2017.